

## REPORTAGEM ESPECIAL

## BRIGA PELA ÁREA DA VALE E DE UM BAIRRO

Indenização por terras pode chegar a R\$ 430 milhões

VILMARA FERNANDES  
vfernandes@redgazeta.com.br

De um lado, a empresa Vale; do outro, o bairro Cidade Continental, ambos na Serra. Entre eles uma família que reivindica os direitos sobre a terra onde foram erguidos os imóveis, incluindo a sede da empresa. Uma questão que já dura mais de 20 anos e cuja indenização pode chegar a R\$ 430 milhões.

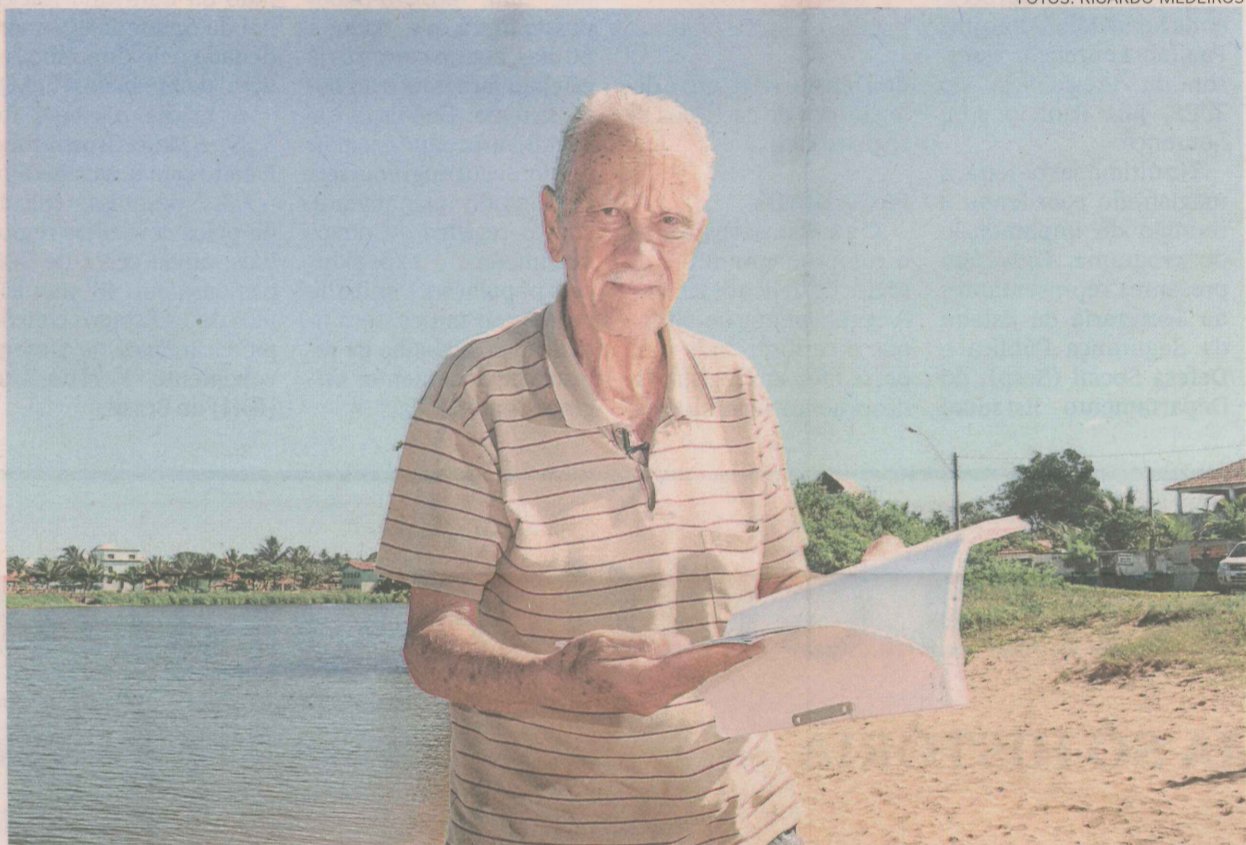
A disputa por essa terra é recheada de acusações de roubo de terra, de fraudes, de documentos falsos e até de invasões. É um exemplo dos muitos casos que ocorrem no Estado e que contam com a participação de funcionários de cartórios, de prefeituras e até do Judiciário. Situações que vêm sendo reveladas em uma série de reportagens publicadas por A GAZETA.

## HERANÇA

Na Serra, a briga pelas terras é comandada pelos herdeiros de Orozindo Pinto Ribeiro, um lavrador que morreu em 1915. Os bens que deixou para os filhos – de acordo com sua família – vão de Goiabeiras, em Vitória, a Mangueiras, na Serra. Um de seus netos é o Vantuil Alves de Souza, o senhor de 92 anos que diz ser dono das áreas do Aeroporto de Vitória.

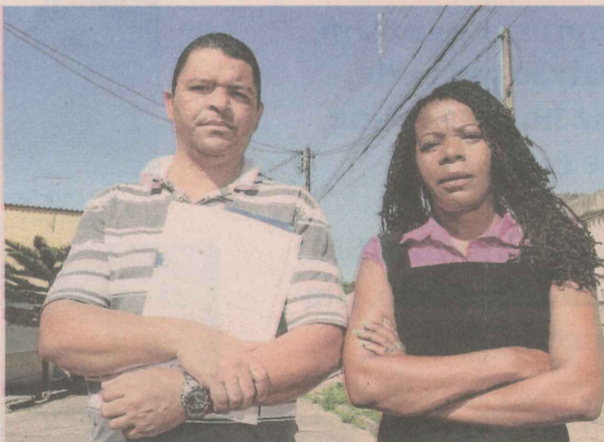
Um primo dele, Jaime de Araújo, é quem lidera a briga no litoral da Serra. Esse senhor de 82 anos é taxativo ao acusar a empresa Vale de ter invadido suas terras. “São mais de 500 hectares que eles tomaram de nossa família. Compraram terras cujas escrituras foram falsificadas”, relata.

A família Ribeiro chegou a conquistar uma primeira vitória na Justiça, e a empresa foi obrigada a depositar em juízo R\$ 62 milhões destinados à indenização. Mas, no decorrer do processo, a Vale afirma ter conseguido provas



Jaime Araújo afirma que lagoa seria o limite das terras que ele disputa, há mais de 20 anos, com a Vale

“Apesar de ter documentos em meu nome que comprovam que a casa é minha, não estou 100% seguro”

GILSON REIS, 51  
COMERCIANTE

Gilson e Eliane: insegurança em Cidade Continental

de que a terra reivindicada pelos herdeiros não era a mesma onde a empresa está instalada. “Uma perícia confirmou que a Vale nunca ocupou a área cobrada pelos herdeiros”, explicou Gustavo Fernandes, advogado da empresa.

Com base nessa decisão, a Vale pediu a liberação do dinheiro, que, com as correções, já chega a R\$ 400 milhões. Mas essa briga está longe de terminar. Os herdeiros alegam que a Justiça

só ouviu um deles, e os outros cinco – que também teriam direito à terra – ficaram de fora do processo.

“Já entramos com nova ação para impedir a retirada do dinheiro. Essa indenização pertence à família Ribeiro”, explica Marcineia Kuhn de Freitas, que faz a defesa da família.

## BAIRRO

A outra disputa é vizinha às terras da Vale e envolve o bairro Cidade

Continental, suas mais de 3 mil casas e quase 12 mil moradores. Lá, os autores dos processos são as pessoas que compraram os direitos de herança vendidos pela família do senhor Jaime. Eles alegam que o bairro inteiro foi construído nas terras que lhes pertenciam. Assim, devem ser indenizados.

Nesse caso, as ações foram movidas contra o Consórcio Habitacional Capixaba (CHC), formado

por um conjunto de empresas que construiu as casas, na década de 1990. Diante de tantas ações, o governo estadual chegou a desapropriar a área para viabilizar a construção das casas, destinadas a moradias populares. Mesmo assim, as ações continuaram. Uma delas – que envolve todo o bairro – pode chegar a R\$ 30 milhões.

## ANÁLISE

O problema nos proces-

sos de Cidade Continental é que todos envolvem a mesma área. São várias pessoas brigando por pedaços da região. E a situação fica ainda mais complicada se forem consideradas que todas essas disputas ficam dentro de uma área ainda maior, que hoje estaria em nome da Vale. “Foi o que revelou a análise feita por um perito”, explica o advogado Artêmio Merçon, que defende o CHC em uma das ações.

Foi essa análise do perito que garantiu a Merçon uma decisão favorável ao CHC. A Justiça reconheceu a avaliação dele de que pessoas diferentes estavam pedindo indenizações diferentes, mas tendo como referência uma só área. “Pretendem que uma mesma posse seja indenizada diversas vezes, o que caracteriza enriquecimento ilícito”, ponderou o advogado. Em todos esses casos, ainda não houve uma decisão final.

## VÍTIMAS

No caminho dessas brigas estão os moradores de Cidade Continental, dezenas de famílias que passaram os últimos anos pagando as prestações de seu financiamento para realizar o sonho da casa própria. O temor delas, agora, é que uma decisão da Justiça invalide suas escrituras.

É o caso de Eliane de Oliveira Souza, 32, mãe de um casal de filhos e presidente da Associação de Moradores do Setor África. “Como fica a nossa situação? Pagamos, temos documentos e não somos donos. É um absurdo”, desabafa.

Não é diferente com seu vizinho, Gilson Reis, 51, que hoje tem um comércio no bairro. “Estou aqui há 15 anos, meu imóvel está quitado, tenho escritura registrada e não tenho garantia do que é meu?”. Uma resposta que só a Justiça poderá dar.

FOTOS: RICARDO MEDEIROS